



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Gestão de Políticas Públicas

O Programa Pró-Catador no Aterro Controlado da Estrutural no
Distrito Federal

Brasília, DF

2014



IGOR LOBO CIPRIANO SOSSAI

O Programa Pró-Catador no Aterro Controlado da Estrutural no
Distrito Federal

Monografia apresentada ao Curso de
Gestão de Políticas Públicas como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Gestão de Políticas
Públicas.

Professora Orientadora: Dra.
Rosângela Azevedo Corrêa

Brasília, DF

2014

FICHA CATALOGRÁFICA

Sossai, Igor Lobo Cipriano

O Programa Pró-Catador no Aterro Controlado da Estrutural no Distrito Federal / Igor Lobo Cipriano Sossai, 2014, 49 pgs.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Curso de Gestão de Políticas Públicas, 2014.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Rosângela Azevedo Corrêa

1. Catadores de material reciclável
2. Aterro Controlado da Estrutural
3. Pró-Catador

IGOR LOBO CIPRIANO SOSSAI

O PROGRAMA PRÓ-CATADOR NO ATERRO CONTROLADO DA
ESTRUTURAL NO DISTRITO FEDERAL

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília do aluno

Igor Lobo Cipriano Sossai

Prof^a. Dra. Rosângela Azevedo Corrêa

Professora-Orientadora

Prof^a Dra. Christiana S. de Freitas
Professora-Examinadora

Prof^a Dra. Suely Mara V. G. de Araújo
Professora-Examinadora

Brasília

2014

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, eterna guerreira, que moveu mundos para meu crescimento humano e profissional sem nunca perder a fé na minha capacidade; lutou pela minha educação, saúde e bem-estar e cheguei até aqui pelo seu eterno apoio aos meus anseios; sempre superamos os obstáculos juntos e com essa parceria venço a cada dia na vida; é e sempre será meu exemplo de força e alegria.

À minha avó, professora da vida, com seu jeito doce e sereno, que me ensinou os valores de ser e estar no mundo, a sentir cada momento desse incrível intervalo que é viver. Hoje já não é mais capaz de ler este trabalho, mas sempre a fiz presente em cada palavra como forma de agradecimento ao amor que me deu; sou o que sou por toda sua essência que me abraça desde o meu nascimento.

À Professora Dra. Rosângela Corrêa, que impulsionou em mim a emergência do cuidado; àquele que Boff nos ensina: cuidado com si mesmo, com o próximo, com o meio envolto e com a nossa casa, o planeta Terra. Sua sensibilidade despertou em mim o interesse pelo tema da pesquisa e a seguir com o trabalho que iniciei junto à disciplina que ministrava em 2013, Fundamentos da Educação Ambiental.

Aos meus amigos, Bárbara, Isadora, Lucas, Nathália, Paula, Raquel e Tainá por nossas conversas diárias – às vezes virtualmente – que sempre me alegam, me trazem aquele gostinho de infância e faz a vida ser mais leve; são por eles e com eles e que dei as melhores risadas, as mais sinceras.

Ao meu companheiro Bruno, com sua energia alegre, sempre trouxe ânimo para eu continuar; além de todo o apoio e idas comigo ao Aterro Controlado da Estrutural, onde também se viu incomodado com meu tema de pesquisa.

Aos catadores de material reciclável, aos quais dedico imenso respeito e gratidão pelo trabalho que exercem; pela generosidade em dedicar parte do tempo para minha pesquisa e sempre carregarem consigo a alegria de viver.

À Professora Dra. Christiana Freitas, que desde o primeiro dia de aula na UnB despertou em mim a paixão pela gestão de políticas públicas; suas aulas leves, divertidas sempre tornaram o ambiente educacional agradável; sou grato por sua luta em construir um curso que amplie a mente do aluno e o faça ter a sensibilidade quanto às emergências atuais, o curso de Gestão de Políticas Públicas.

“A Terra dá o suficiente para satisfazer as necessidades
de todos os homens, mas não sua ganância”

Mahatma Gandhi

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo estudar o Programa Pró-Catador (Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010), parte da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei 12.305 de 2010), como instrumento para promoção de melhorias laborais nos diversos contextos que estão inseridos os catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis junto ao estímulo à organização cooperativa nos princípios de um empreendimento solidário. No que tange especificamente ao Aterro Controlado da Estrutural no Distrito Federal, o maior e mais rico (em termos financeiros) da América Latina, temos uma realidade de lixão com abrangência de quase três mil trabalhadores que vivem da coleta. Dessa forma, buscou-se analisar a atuação do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU) na implementação do Pró-Catador para com os catadores presentes no Aterro Controlado da Estrutural por meio de pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória com um universo de 10% de catadores associados a uma mesma cooperativa atuante no Aterro e com o assessor especial do SLU. Entre as constatações, percebem-se algumas limitações quanto à capacidade em estabelecer um empreendimento solidário num contexto de Lixão e a pouca articulação política da Autarquia Federal em fomentar um ambiente menos insalubre. Para transformar esse contexto é necessário reorganizar os geradores de resíduos (cidadãos, empresas, órgãos públicos etc) envolvendo-os em rede para uma gestão compartilhada dos resíduos sólidos a fim de promover a destinação correta do que é considerado “lixo” e estimular a reciclagem assim como exposto na PNRS.

ABSTRACT

This research aimed to study the Pro-Catador Program (Decree No. 7405 of 23 December 2010), part of the National Solid Waste Policy - PNRS (Law 12.305 of 2010), as a tool for promoting labor improvements in the various contexts that reusable and recyclable material collectors are inserted; also encourage them of cooperative organization. In respect to the Structural controlled landfill in the Federal District, the largest and richest (in financial terms) in Latin America, we have a reality of nearly three thousand workers living collection. In this way, I intend to analyze the performance of the Urban Cleaning Service of the Federal District (SLU) in implementing the Pro-Catador through a 10% universe pickers associated with the same cooperative active in the landfill and with the special Advisor to the SLU. During this research I realize there are some limitations on the ability to establish a cooperative venture in the context of the Dump and little political articulation of the Federal Authority to promote a less unhealthy environment. To transform this context it is necessary to reorganize the waste generators (citizens, businesses, government agencies etc.) involving them in a shared network for solid waste management in order to promote the proper disposal of what is considered "junk" and encourage recycling as disclosed in PNRS.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DF – Distrito Federal

MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

RS – Resíduos Sólidos

SLU – Serviço de Limpeza Urbana

UnB – Universidade de Brasília

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A construção de aterros nos estados brasileiros

SUMÁRIO

Introdução.....	13
1. Contextualização	135
1.2. Problema.....	179
1.3 Justificativa.....	20
1.4 Objetivo Geral.....	21
1.5 Objetivos Específicos	22
2. Referencial Teórico.....	23
2.1 Economia Solidária: um novo olhar sobre a questão socioeconômica política ambiental.....	23
2.2. Cooperativismo	25
3. Métodos e Técnicas de Pesquisa.....	27
3.1. Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa	27
3.2. Caracterização da organização, setor ou área, objeto do estudo.	27
3.3. População e amostra ou Participantes da pesquisa.....	32
3.4. Caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa.....	32
3.5. Procedimentos de coleta de dados	33
4. Resultados e Discussões.....	34
4.1. Catador de material reciclável: um olhar sobre o trabalho de coleta como proteção socioeconômica e ambiental.....	34
4.2. Cooperativa como meio de inclusão socioeconômica dos catadores	37
4.3. Como a cooperativa COR atua no Aterro.....	38
4.4. O trabalho do SLU para com os catadores do Aterro Controlado da Estrutural	41
5. Considerações finais.....	44
Referencial Bibliográfico	45
Anexos	48

Introdução

1. Contextualização

O tema da presente monografia será a análise do Programa Pró-Catador como parte da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que visa o estímulo à organização cooperativa dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis junto às melhorias das condições de trabalho a que estão expostos; não fazendo distinção entre situação de lixão e atuação autônoma.¹

1.1 Política Nacional de Resíduos Sólidos

Instituída a partir da Lei nº 12.305/10, a Política Nacional contém instrumentos importantes para permitir o avanço necessário ao país no enfrentamento dos principais problemas ambientais e socioeconômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos, isto é, daquilo que não consideramos reaproveitável e descartamos inadequadamente.

A PNRS pretende prevenir e reduzir essa geração de resíduos, tendo como proposta a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos (aquilo que tem valor econômico e pode ser reciclado ou reaproveitado) e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos (aquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado).²

Também ficou instituída a responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos: dos fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, o cidadão e titulares de serviços de manejo dos resíduos sólidos urbanos na Logística Reversa dos resíduos e embalagens pós-consumo³; “A consciência de que é necessário dar um tratamento integrado à gestão dos resíduos evolui, em nosso tempo, rápida e progressivamente” (RIBEIRO, in ARAÚJO e JURAS, 2011) uma vez absorvida a percepção do impacto ambiental e social de cada indivíduo sobre o planeta.

¹ Art. 1º do Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010.

² Capítulo II da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

³ Capítulo II da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

As metas da PNRS irão contribuir para a eliminação dos lixões, a partir da elaboração de instrumentos como o Plano Nacional de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos, também nos níveis estadual, distrital e municipal; Uma ferramenta de extrema importância, pois obriga os estados e municípios elaborarem seus respectivos Planos de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos desde 2012, dois anos após a entrada da lei em vigor. Obrigatoriedade que é a condição para os demais entes federativos terem acesso aos recursos da União para a gestão dos resíduos sólidos (ARAÚJO e JURAS, 2011); o Plano deve conter:

“diagnóstico, proposição de cenários e metas para a redução, reutilização e reciclagem de resíduos e o aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos, bem como para a eliminação e recuperação de lixões, consideradas a inclusão social e emancipação econômica dos catadores de matérias reutilizáveis e recicláveis.” (IDEM, 2011, p.99)

No caso do Distrito Federal, o governo local já foi acionado pelo Ministério Público em agosto de 2014 à elaboração do Plano Diretor de Gestão dos Resíduos Sólidos, pois já estamos além dos prazos iniciais para implementar as ações da PNRS e do Programa Pró-Catador.⁴

1.2 Programa Pró-Catador

Uma política pública, no contexto brasileiro, tem forte influência de uma gestão *top-down*, isto é, sua formulação é feita a partir do âmbito macro com o intuito de alcançar o âmbito micro, um setor de beneficiários (Máiz-Tomé, 2010).

Por outro lado, a história da política em estudo, o Programa Pró-Catador difere (e se assemelha) a esse contexto, uma vez que nos leva primeiramente à pressão social por visibilidade, ou seja, ao Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR), fundado em 2001, cujo objetivo é valorizar o trabalho de coleta e chamar atenção para a periculosidade a que estão expostos os(as) catadores(as) (MNCR, 2012).

⁴ Correio Braziliense, Cidades: Ministério Público cobra PDRS/DF, 2014.

Foi o primeiro passo importante em organização social para a visibilidade desse setor até então segregado e excluído socialmente; porém apenas se fez voz ativa a partir da Marcha de Brasília, que pressionou o Governo Federal em 2006 exigindo visibilidade e a criação de postos de trabalho para fomentar melhores condições de trabalho (MNCR, 2012).

Militância que obteve retorno concreto com o Programa Pró-Catador (Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010), isto é, o fomento à inclusão de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, tanto na Logística Reversa quando na Coleta Seletiva.

Para tanto o Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC) foi instituído com a finalidade de integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento.⁵

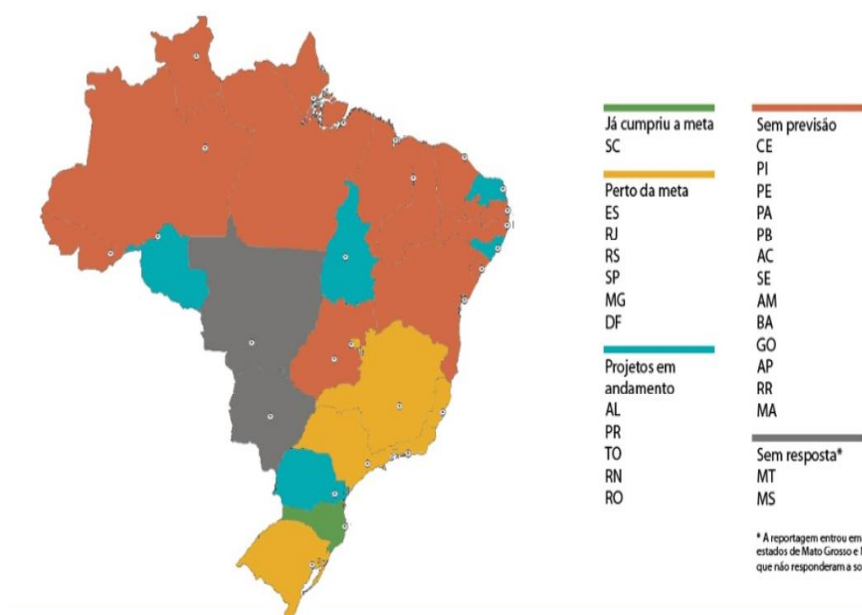
O Decreto 7.405/10 estabelece a responsabilidade dos órgãos ou entidades da administração pública federal capazes de atuar frente à promoção da coleta seletiva e inclusão socioeconômica aos catadores(as) de materiais recicláveis. No caso do Distrito Federal, o Serviço de Limpeza Urbana (SLU) é a instância responsável pela implantação do Programa Pró-Catador, assim como, o fechamento do Aterro Controlado da Estrutural, a construção do Aterro Sanitário em Samambaia-DF e dos galpões de triagem para preservação do(a) catador(a) na cadeia (re)produtiva.

⁵ Decreto 7.405 de 23 de dezembro de 2010.

1.3 Contexto brasileiro sobre o gerenciamento dos resíduos sólidos

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, a maioria das prefeituras municipais ainda não dispõe de recursos técnicos e financeiros para solucionar os problemas ligados à gestão de resíduos sólidos; a realidade hoje no Brasil é: a) inúmeros lixões presentes em pequenos e grandes municípios; b) ausência ou ineficácia de um sistema de coleta seletiva pelo Estado e pelos governos; c) aterros Controlados irregulares, que não atendem às normas estabelecidas para o funcionamento; d) presença do trabalho informal dos(as) catadores(as) de materiais recicláveis. No mapa da figura 1 podemos verificar que a maioria dos estados brasileiros não tem previsão para erradicar os lixões; o único estado a cumprir a meta do PNRS é Santa Catarina.

Figura 1: A construção de aterros nos estados brasileiros



Fonte: Correio Braziliense: Especiais, Lixão da Estrutural, 2014.

Um levantamento realizado pelo Correio Brasiliense aponta que 50% dos resíduos⁶ e rejeitos⁷ no Brasil ainda são destinados aos lixões. Segundo SOUZA (2012) o fomento à industrialização tem reflexos concretos na

⁶ Bem descartado resultante de atividades humanas, que seja passível de reciclagem. (Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010).

⁷ Resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação (...) não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada. (Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010).

quantidade de resíduos devido o aumento da produção de lixo, principalmente de resíduos de difícil degradação, alterando assim a paisagem e as condições socioambientais de locais como a cidade da Estrutural.

Para GONÇALVES (citado em SOUZA e MENDES 2006) essa situação é trágica para a saúde pública e para o equilíbrio do ecossistema, o que faz com que haja uma necessidade de responsabilização por parte dos poderes públicos e da população em proporcionar destinação correta aos resíduos sólidos urbanos; para isso se faz necessário a criação de aterros sanitários e da educação ambiental para os diversos setores da sociedade no reconhecimento do bem econômico e de valor social que está intrínseco ao fator resíduo; sendo gerador de trabalho, renda e cidadania⁸.

Dessa forma, o trabalho de coleta que é invisível aos olhos de todos passa a ser respeitado e passível de uma agenda política, pois a sensibilidade quanto ao descarte leva a percepção do impacto individual sobre o planeta; “o potencial é individual, a ação é local e a repercussão é planetária” (MIGLIORI, 2010, p.1). Por isso, ações como o fomento à proteção da saúde pública e da qualidade ambiental junto a implementação de coleta seletiva⁹ devem vir acompanhadas de um sério processo educacional para propiciar um espaço ao Programa Pró-Catador:

Aos entes federados que aderirem ao Programa Pró-Catador caberá promover e acompanhar o desenvolvimento de estudos e pesquisas para subsidiar a implantação da coleta seletiva local e regional e outras ações de inclusão social e econômica dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis (Decreto 7.405 (Artigo 3º § 2º)).

1.4 Problema

Em 2013 cursei a disciplina Fundamentos da Educação Ambiental ministrado pela Profa. Rosângela Corrêa na Faculdade de Educação/UnB onde realizamos uma saída de campo ao Aterro Controlado da Estrutural e tive a

⁸ Artigo VIII, capítulo II da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

⁹ Capítulo II da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

oportunidade de entrevistar seis catadores associados à cooperativa COR¹⁰ para compreensão da realidade vivenciada no local.

Constatou-se, primeiramente, a inexistência de galpões adequados de triagem e armazenamento para todas as cooperativas; a maioria dos catadores realizam a separação dos resíduos a céu aberto em condições laborais desumanas e precárias tal como encontraram MEDEIROS E MACÊDO na sua pesquisa:

"(...) realizado em condições inadequadas, com alto grau de periculosidade e insalubridade, sem reconhecimento social, com riscos muitas vezes irreversíveis à saúde, com a ausência total de garantias trabalhistas" (2006:66).

Existem seis cooperativas que funcionam no aterro, o que não significa que de fato funcionem como tal nem que consigam algum benefício para os catadores.

Ao perguntarmos aos catadores afiliados a cooperativa COR sobre o funcionamento da cooperativa, a resposta foi unânime, nada ou pouco interfere na condição de trabalho; a única coisa que eles obtêm é uma carteira de associado para poder entrar no aterro. O presidente da cooperativa tomava as decisões como se fosse uma estrutura hierárquica, o que foge aos valores cooperativistas e gera um afastamento na relação catador-cooperativa. De maneira que preocupado com as condições de trabalho dos catadores, eu decidi pesquisar se Programa Pró-Catador abrange a situação dos catadores no Aterro Controlado da Estrutural podendo ser fonte de melhorias na condição de trabalho.

1.5 Justificativa

Os trabalhos informais são uma saída na sociedade brasileira para os desempregados, o que os mantém numa situação segregada e excluída. No caso dos catadores de material reciclável é alarmante as condições de trabalho. Os ambientes – mesmo fora de lixões – são insalubres, o retorno financeiro é mínimo, as condições laborais são precárias e os direitos

¹⁰ Nome fictício da cooperativa.

trabalhistas inexistem como acontece com os catadores no Aterro Controlado da Estrutural, onde 2700 toneladas de resíduos são despejadas diariamente e trabalham uns 1800 catadores aproximadamente. Os interesses dos catadores estão voltados para conseguir a venda da maior quantidade possível de resíduos e não para à cooperação dentro de uma cooperativa.

O que me chamou a atenção para fazer a presente monografia foi ver as condições de trabalho dos catadores que são deploráveis em um local que está às margens de uma área de preservação ambiental que é o Parque Nacional de Brasília, motivo de séria preocupação socioambiental. Os catadores não recebem nenhum tipo de proteção e segurança, o que já os levaram a inúmeros acidentes; trabalham na chuva, no sol, comem no meio do lixo, dos animais como cavalos, cachorros, urubus, é uma desumanidade.

É urgente apresentar cada vez mais à sociedade às condições socioeconômicas e ambientais a que estão submetidos os catadores de material reciclável que por meio da coleta geram renda, sentido de pertencimento à sociedade e ainda promovem qualidade ambiental ao retirarem resíduos sólidos da destinação inadequada.

Incluí-los socialmente no mercado de trabalho por meio de cooperativas parece ser a melhor alternativa, quando pensamos na implementação de coleta seletiva e aterros sanitários. Os futuros galpões de triagem promoverão a geração de renda aos cooperados, proteção sob as leis trabalhistas e uma jornada de trabalho fixa como sugere o Programa Pró-Catador. Eles farão parte de uma nova cadeia produtiva que irá fomentar a coleta seletiva e reciclagem. Assim, a presente pesquisa será relevante para proporcionar ao leitor um olhar sobre o descarte inadequado dos resíduos sólidos no DF atualmente, a importância do trabalho dos catadores e a necessidade da implantação do Programa Pró-Catador para mudar as condições laborais atuais.

1.6 Objetivo Geral

Analisar a implementação do Programa Pró-Catador pelo SLU no Aterro Controlado da Estrutural.

1.7 Objetivos Específicos

- Compreender o funcionamento da cooperativa COR;
- Verificar se a cooperativa atua como um empreendimento solidário;
- Verificar os resultados obtidos pelo SLU na implementação do Programa Pró-Catador para promover a inclusão dos catadores e atender suas necessidades.

2. Referencial Teórico

Este item discorre sobre a teoria da Economia Solidária que permeia todo o contexto do Programa Pró-Catador, além de elencar as ações articuladas pelo SLU que promovem a inclusão dos catadores de material reciclável em cooperativas.

2.1 Economia Solidária: um novo olhar sobre a questão socioeconômica política ambiental.

Como um novo paradigma – contrário aos modelos neoliberal e fordista de produção¹¹ – a Economia Solidária aparece em manifestações práticas (além da teoria), nasce a partir da organização interpessoal para autogerir um empreendimento solidário (cooperativas; clube de trocas, grupo produtivo) e/ou da recuperação de empresas que decretaram falência e são reestruturadas para o exercício em cooperação (TYGEL 2007).

Segundo esses princípios, cooperativas

“representariam uma opção efetiva para os segmentos sociais de baixa renda, fortemente atingidos pelo quadro de desocupação estrutural e pelo empobrecimento. Em diferentes países, pesquisas apontam que os empreendimentos solidários, de tímida reação à perda do trabalho e a condições extremas de subalternidade, estão convertendo-se em considerável mecanismo gerador de trabalho e renda” (GAIGER, 2003, p.182).

Historicamente falando, no Brasil esse quadro se viu ascendente ao final da década de 70 com a segunda crise do petróleo e fechamento de empresas, tendo como consequência direta o desemprego. Alimentou-se de iniciativas de autogestão e cooperação; além dos inúmeros movimentos sociais pró-associação e respeito ao trabalhador. (LECHAT, s/n)

¹¹ Fordismo é o modelo industrial de expansão econômica, que por meio da crescente divisão do trabalho e mecanização da mão-de-obra visa o maior retorno do capital investido na atividade produtiva (Silva, 1994)

De acordo com o FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, a definição de economia solidária é¹²:

"um jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia e na cooperação, o que chamamos de autogestão: ou seja, na Economia Solidária não existe patrão nem empregados, pois todos os/as integrantes do empreendimento (associação, cooperativa ou grupo) são ao mesmo tempo trabalhadores e donos".

Sua base teórica é fundamentada na ética e na solidariedade e não no lucro;

"Pesquisas empíricas vêm apontando que a cooperação na gestão e no trabalho, no lugar de contrapor-se aos imperativos de eficiência, atua como vetor de racionalização do processo produtivo, com efeitos tangíveis e vantagens reais, comparativamente ao trabalho individual (...)" (GAIGER, 2003, p. 192).

Um vetor capaz de envolver os indivíduos que anseiam pelo trabalho cooperativo a serem atores de mudança, incorporando a visão sistêmica sobre o reflexo das ações produtivas, isto é, otimização do uso de recursos escassos e internalização dos impactos ambientais, pois a sustentabilidade de tal empreendimento se caracteriza em produzir ao menor custo de entropia, ou seja, custo energético, seja humano ou insumo (TYGEL, 2007 e MULLER, 1999).

É uma metodologia eficaz para uma gestão estratégica que vise uma profunda transformação social, produtiva, econômica e ambiental para sairmos de uma perspectiva linear, em que haja, por exemplo, concentração de renda, e entrarmos num horizonte de desenvolvimento equânime com repartição dos retornos financeiros, sociais e produtivos (TYGEL, 2007 e SINGER, 2004). Cabe ao Estado e seus representantes estimularem essa perspectiva e não serem apenas fontes mitigadoras de efeitos nocivos do capitalismo.

¹² Portal do Fórum Brasileiro de Economia Solidária: www.fbes.org.br – O que é economia solidária?

2.2 Cooperativismo

O cooperativismo “surge” na Inglaterra com a revolução industrial ao final do século XIX. O trabalho até então qualificado para realização de atividades específicas é substituído pela maquinização e a utilização de mão de obra barata e despreparada; dessa forma, a otimização da produtividade em termos de capital se torna a base para a sociedade capitalista (SINGER, 1999).

Começaram então não tão somente a partir desse período¹³, as ondas de desemprego pelo mundo e exclusão socioeconômica de setores – considerados até o período – base para a produção. Com isso a organização em cooperação se viu impulsionada até meados do século XX. No Brasil, principalmente no período Vargas, o <<cooperativismo>> foi articulado como inovação para uma sociedade forte (SINGER, 1999, IBARRA, 2011 e RIOS, 2006).

Para compreensão desse fenômeno, RIOS (2006) nos chama atenção para a prática cooperativa, que não tão somente nascida de manifestações cotidianas, como dito por PAUL SINGER, ela emerge também das tomadas de decisão daqueles que estão a frente da economia como atores políticos, banqueiros e grandes empresários, a cooperação para produtividade foi o que organizou os setores sociais na busca por maior retorno financeiro. Como bem apontado por RIOS (2006, p.2): “É o sentido de cooperação como *inserção no processo econômico como projeto político* e não de cooperação como «disposição psicológica» que se trata de levar em conta”. SINGER (1999) definiu este tipo de cooperativismo de “cooperativismo tradicional”, ou seja, o *modus operandi*¹⁴ aprendido em tempos de mercantilismo e expansão do capital.

O “novo cooperativismo” é aquele que surgiu do movimento social operário insatisfeito com os reflexos do desemprego e o aumento das desigualdades; cujo foco é a democracia nas atividades produtivas. Este cooperativismo foi um vetor de alternativa produtiva para promover um bem estar além da subsistência (SINGER, 1999 e IBARRA, 2011). SINGER (1999)

¹³ “O elemento histórico verdadeiro dessa versão é que as lutas anticapitalistas dos trabalhadores tiveram início há quase duzentos anos, isto é, nas primeiras décadas do século XIX” (Germer, 2006, p. 5).

¹⁴ Como tradução, “modo de produção”.

nos recorda que, mesmo existindo inúmeras diferenças entre as várias manifestações cooperativistas, todas elas são herdeiras dos valores praticados pelos PIONEIROS DE ROCHDALE¹⁵ e aprimorado para melhor articulação atual:

“Todas as cooperativas são democráticas e igualitárias, seus dirigentes são eleitos pelos sócios, as diretrizes são discutidas e aprovadas em assembleias gerais, nas de produção e ganho líquido é repartido conforme critérios aprovados pela maioria etc. são estes princípios que permitem distinguir falsas cooperativas das verdadeiras” (IDEM, 1999, p. 6).

O acordo firmado entre os sócios cooperados, além de defender interesses do todo, deve prestar uma repartição equânime da renda gerada, garantia da continuidade do trabalho e a proteção sob as leis trabalhistas. Já em sentido contrário, os obstáculos pela disseminação do cooperativismo se dão, genericamente falando, da pouca cultura cooperativa entre os trabalhadores brasileiros.

¹⁵ “(...) 28 tecelões que em uma pequena cidade inglesa, se juntaram e fundaram, em 1844, uma sociedade cooperativa, abriram uma loja e formularam princípios que se tornaram a base de um movimento internacional.” (Rique, s/n)

3. Métodos e Técnicas de Pesquisa

3.1. Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa

A presente pesquisa é qualitativa, diversos autores tratam como um dos tipos de pesquisa mais seguros para entendimento do contexto que está inserido o problema a ser estudado, abrangendo atores e questões relevantes nessa dinâmica sistêmica:

“Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando ‘captar’ o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno” (GODOY, 1995, p. 21, § 2º).

Nesta pesquisa realizamos um estudo de caso exploratório sobre o Programa Pró-Catador. A tipologia em estudo de caso, de acordo com YIN (2001) proporciona compreensão de fenômenos do cotidiano e o envolvimento com os diversos atores e fatores que influenciam direta e indiretamente a situação dos envolvidos:

“o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos. Não surpreendentemente, o estudo de caso vem sendo uma estratégia comum de pesquisa na psicologia, na sociologia, na ciência política, na administração (...)” (IDEM, 2001, p.21, § 1º).

3.2. Caracterização da organização, setor ou área, objeto do estudo

A pesquisa de campo foi realizada no Aterro Controlado da Estrutural, que está a 15km do Congresso Nacional. Uma distância pequena quando comparada ao tamanho do problema socioeconômico e ambiental que se enfrenta na Cidade da Estrutural. O Aterro Controlado é o principal local de

destinação final de resíduos sólidos urbanos criado para receber os dejetos domiciliares e comerciais do Distrito Federal.

Localiza-se na Região Administrativa do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA – RA XXV, limitando-se simultaneamente ao norte e a leste com uma vicinal de terra denominada rodovia DF-097 (EPAC – Estrada Parque Ceilândia) e o Parque Nacional de Brasília – PNB, a oeste pela ARIE Córrego Cabeceira do Valo e ao sul com a Vila Estrutural. Compreende uma área de aproximadamente 196 hectares. Deste total, a área autorizada e utilizada para o despejo de resíduos é de 145 hectares.

Iniciou seu funcionamento em 1966 como uma área de disposição inadequada de lixo caracterizando deste o surgimento como “Lixão do Jóquei Clube”. O Aterro foi concebido em sequência ao “Lixão do Jóquei Clube”, no qual foi feita relativa adaptação a partir de 1999. Em 1984, após o encerramento das atividades no vazadouro de Taguatinga, o Aterro do Jóquei passou a receber todo o lixo produzido no DF. Recebe o lixo que não é tratado nas usinas e os rejeitos provenientes do tratamento das usinas em funcionamento, além dos resíduos domésticos e comerciais, entulhos de construção, resíduos de serviço de limpeza urbana, animais mortos, lodos da estação de tratamento de esgotos e, ainda, descartes de objetos volumosos como sofás, geladeiras, dentre outros.

A administração do Aterro é feita pelo SLU, que por força do Decreto nº 27.898, de 23/04/2007, regula e fiscaliza a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos nos termos da Lei Federal nº 11.445, de 05/01/2007. Atualmente é uma autarquia subordinada à Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e detém a responsabilidade pela organização do serviço de saneamento básico de todo o DF; assim como o fechamento do Aterro Controlado, lixões irregulares e inclusão socioeconômica dos catadores de material reciclável do DF por normas da PNRS e o Programa Pró-Catador.¹⁶

A coleta, tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos urbanos no Distrito Federal são de responsabilidade do Serviço de Limpeza Urbana – SLU e os serviços prestados são:

- ☐ Coleta e transporte manual de entulhos;

¹⁶ Portal do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal.

- ☐ Coleta e transporte mecanizado de entulhos;
- ☐ Varrição manual de vias e logradouros;
- ☐ Varrição mecanizada de vias;
- ☐ Lavagem de Vias;
- ☐ Lavagem de Monumentos e Prédios Públicos;
- ☐ Catação manual de papéis e plásticos em áreas verdes;
- ☐ Pintura de meio-fio;
- ☐ Limpeza geral quando solicitados em pátios de Escolas, Hospitais, Centro de Saúde, Corpo de Bombeiros e Polícias Civil e Militar;
- ☐ Transferência de rejeitos.

A maioria do lixo coletado no DF (80%) é conduzida diretamente para o Aterro Controlado do Jockey Clube e somente 19,5% do lixo coletado é conduzido para as usinas de tratamento. Aproximadamente 50% dos resíduos sólidos domiciliares coletados nas residências do Distrito Federal são compostos por restos de frutas, alimentos e folhas verdes, portanto, matéria orgânica que pode ser reutilizada para a adubação de terras.

O Distrito Federal possui um plano de coleta seletiva em operação, porém funcionando de maneira incipiente apenas nas regiões da Asa Norte, Asa Sul, Lago Norte, Lago Sul e Brazlândia. O Aterro já extrapolou sua capacidade de resiliência há anos, pois são despejados, como já dito anteriormente, 2.7 mil toneladas diárias de resíduos e rejeitos por mais de mil caminhões que realizam a coleta no DF, isto é, também há o perigo quanto atropelamento (Correio Braziliense, Lixão da Estrutural, 2014).

O lixo sempre foi depositado diretamente sobre o solo; apesar de levar o nome de 'aterro controlado', o sistema de captação para o chorume, líquido poluente que surge de processos químico-físicos de decomposição de resíduos orgânicos não é eficiente, ou seja, o impacto sobre o lençol freático acontece e já se têm estudos apontando para a presença de metais pesados:

“os resultados encontrados na análise do SLU são aceitáveis, de acordo com as normas do Conama. “A água do córrego não é classificada como contaminada, mas houve interferência, sim”, explica. No resultado do SLU, os valores de nitrito, nitrato e amônia são 0,84 mg/L, 1,26 mg/L e 0,28 mg/L, respectivamente. Segundo a norma do

Conama (357, de 2005), o máximo permitido seria 1 mg/L, 10 mg/L e 3,7 mg/L, respectivamente” (CORREIO BRAZILIENSE, LIXÃO DA ESTRUTURAL, 2014).

Atualmente, o chorume gerado no Aterro é parcialmente armazenado em uma lagoa de chorume, revestida com geomembrana impermeável, sendo que grande parte do restante do chorume corre a céu aberto nos pés dos taludes do aterro e, por gravidade, dirige-se às escavações das caixas de empréstimo de solo, totalmente sem controle de quantidade ou de infiltração no solo. Periodicamente, também sem controle de espécie alguma, o chorume é recirculado no aterro e/ou lançado na superfície do aterro e evaporado naturalmente pela ação do sol e do vento.

“O depósito está situado no divisor de duas bacias que desaguam no Paranoá: o córrego do Acampamento, no Lago Norte, e Cabeceira do Valo, no Lago Sul. O chorume penetra no solo e atinge o lençol freático. “Há estudos mostrando que a contaminação subterrânea se iniciou há algum tempo, de forma incipiente, mas deve se agravar ao longo dos anos” explica Sérgio Koide, engenheiro civil e doutor em recursos hídricos. O mesmo acontece com o Parque Nacional, que faz divisa com o Lixão”. (Correio Braziliense, Lixão da Estrutural, 2014).

O Aterro do Jóquei foi destinado a ser um aterro do tipo controlado, onde em valas cavadas no solo, chamadas de células, o lixo é depositado, compactado e recoberto com uma camada de terra. A diferença básica entre um aterro sanitário e um aterro controlado é que este último prescinde da coleta e tratamento do chorume, assim como da drenagem e queima do biogás. No mais, o aterro controlado deve ser construído e operado exatamente como um aterro sanitário. Normalmente, um aterro controlado é utilizado para cidades que colem até 50 toneladas/dia de resíduos urbanos, sendo desaconselhável para cidades maiores.

O Aterro do Jóquei não propiciou condições adequadas de operação, além do que, ao longo dos anos, não foram aplicados adequadamente os procedimentos padrões para sobrepujar a condição inicial de Lixão e alavancar um status de qualidade de aterro controlado. Diante disto, tornou-se um grande foco de degradação ambiental e questão polêmica pela sua proximidade com o

PNB e demais Unidades de Conservação como a ARIE Córrego Cabeceira do Valo e ARIE Vila Estrutural:

“O SLU tenta reduzir os danos ambientais de forma similar a de um aterro sanitário, mesmo sem ter uma manta impermeável para proteger o lençol freático. O governo garante que foram instaladas estruturas mínimas para captar os gases, queimá-los e tratar o chorume” (Correio Braziliense, Lixão da Estrutural, 2014).

De qualquer maneira, a manutenção do Aterro Controlado da Estrutural além de descumprir com a meta desejada pela PNRS, custa ao governo local R\$ 10 milhões por funcionar ao lado do Parque Nacional de Brasília, uma área de conservação ambiental. Somado a esse valor, existem mais dois processos em andamento: um no valor de 1 milhão de reais, por ordem do MPDF que ordenou o fechamento do Aterro em 2001 e o outro no valor de 9 milhões por condenação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ao constatar os impactos ambientais tanto para o Parque Nacional, quanto ao lençol freático abaixo do Aterro¹⁷,

“Segundo a Secretaria do Meio Ambiente, não há tratamento de lixo no local(...) a conclusão dos pesquisadores que já denunciavam o perigo do chorume, há anos, começa a ser confirmada pelo próprio Serviço de Limpeza Urbana (...). Isso porque a primeira análise oficial da água do córrego Acampamento, realizada em dezembro de 2013, apontou a existência de nitrito, nitrato e amônia – compostos que indicam presença de chorume” (CORREIO BRAZILENSE, 2014).

Sobre essa situação, o SLU tem conhecimento das multas e que trabalha para quitar as dívidas e concluir o processo de fechamento do Aterro da Estrutural nas melhores condições possíveis: alocar os catadores nos futuros centros de triagem e realizar um estudo de recuperação da área degradada pelo atual Aterro Controlado.¹⁸

É urgente o fechamento do Aterro devido às condições socioambientais locais, especialmente, as condições de trabalho dos catadores que é de

¹⁷ Correio Braziliense, Especiais: Lixão da Estrutural. 2014.

¹⁸ Correio Braziliense, Especiais: Lixão da Estrutural. 2014.

extrema insalubridade, sendo que eles são os únicos atores que minimizam o impacto ambiental no local; “Hoje, trabalham por lá aproximadamente 2,7 mil catadores. Faça sol ou chuva, durante o dia ou à noite, eles ganham a vida sem nenhuma segurança ou higiene” (CORREIO BRAZILIENSE, LIXÃO DA ESTRUTURAL, 2014).

3.3 Participantes da pesquisa

A população do presente estudo foram os catadores associados a uma das cooperativas atuante no Aterro Controlado da Estrutural. Como apontado por AMATE (2013) realizar uma pesquisa com base a amostragem é o modo como estudos qualitativos abordam um tópico a fim de obter respostas reais sobre certo contexto.

Os(as) catadores(as) presentes associados à COR no Aterro Controlado da Estrutural que foram entrevistados são em sua grande maioria mulheres, majoritariamente de baixa escolaridade; a idade varia entre 18 e 60 anos; sendo todos residentes do DF e 90% deles com domicílio alugado na Cidade da Estrutural.

3.4 Caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa

Fizemos algumas visitas ao Aterro Controlado da Estrutural para observar o trabalho dos catadores e realizarmos entrevistas semiestruturadas com eles para compreendermos o conhecimento e a prática dos catadores numa cooperativa, a opinião deles sobre o fechamento do Aterro e as ações feitas para a inclusão efetiva dos catadores nos centros de triagem.

Também realizamos uma entrevista com a presidenta da cooperativa COR para analisar o funcionamento e atuação com os catadores associados, assim como, entrevistamos a um funcionário do Serviço de Limpeza Urbana do DF para sabermos sobre o andamento do Programa Pró-Catador.

3.5 Procedimentos de coleta de dados

A primeira etapa de coleta de dados foi realizada com o SLU para obtenção de informações oficiais acerca das ações do Pró-Catador para com os catadores presentes no Aterro Controlado da Estrutural. Os registros foram

feitos com um gravador de voz e conduzidos pelo pesquisador. Essas perguntas foram organizadas com questões que abarcam desde as responsabilidades do SLU para com o catador até as ações já realizadas até o momento a partir do Programa Pró-Catador.

A segunda etapa foi realização de entrevistas com os catadores associados a uma mesma cooperativa que atua no Aterro Controlado da Estrutural. As entrevistas ocorreram em dois dias consecutivos para abranger um número total de 15 (quinze) catadores, representando 10% do universo de estudo. Os registros foram feitos com o consenso dos catadores para que eles pudessem colaborar com a pesquisa.

O roteiro da entrevista foi estruturado para, primeiramente, traçar o perfil socioeconômico e demográfico dos catadores e; posteriormente, para compreender a realidade no Aterro Controlado da Estrutural, o trabalho de coleta e a relação com a cooperativa a que são associados.

Por fim, na última fase, realizamos uma entrevista com a Presidenta da Cooperativa COR para compreendermos a situação da cooperativa e sobre as possíveis ações promovidas pelo Programa Pró-Catador que possam ter trazido algum benefício para os catadores.

4. Resultados e Discussões

4.1. Catador de material reciclável: um olhar sobre o trabalho de coleta como proteção socioeconômica e ambiental

O trabalho de coleta é uma atividade que promove a geração de renda imediata quando praticada em Aterros Controlados e/ou lixões articulados com empresas de reciclagem. A coleta é exercida, em grande parte, por pessoas de baixa escolaridade e com a presença quase igualitária entre homens e mulheres. Ficam expostos às variações climáticas; aos acidentes pelo manuseio de resíduos sólidos; às péssimas condições da qualidade do ar, isto é, às doenças respiratórias; além do estado de trabalho insalubre, os catadores estão desprotegido das leis trabalhistas (SOUSA e MENDES, 2006 e SOUZA et al, 2012). Como dito por ampla parte dos entrevistados “quem trabalha no lixão tem uma luta diária pra sobreviver”.

Tudo isso é apenas a ponta de um contexto complexo de atores e indivíduos envolvidos em um modo de vida “pós-consumo”; onde a exploração se dá desde a extração do recurso natural ou insumo até o descarte inadequado de materiais não mais considerados úteis, passando por toda uma rede produtiva, em que uma grande parte da população desvaloriza o impacto real da ação individual e coletiva humana (Boff, 2003 e Singer, 2004). Os catadores entrevistados descrevem a ampla variedade de materiais em bom estado, capazes de serem reaproveitados sem qualquer processo de reciclagem; Maria Aparecida, 50 anos, conta que dos 6 anos de atuação no Lixão já conseguiu peças de vestuário, para casa e até livros: “muito do que tenho na minha casa veio daqui, desde peças pra reformar armário até roupa pros meus filhos”.

Tudo o que produzimos, usufruímos e descartamos tem impacto na natureza, como bem dito por Oliveira:

“O processo social de produção, cuja referência está na produção de valores de uso, submete a força de trabalho e os meios de produção aos seus desígnios, impulsionando a

utilização irracional dos recursos naturais, o desperdício de matérias-primas, de energia e de trabalho, provocando assim, a destruição da natureza e a consequente "crise ecológica" (s/n, p. 6).

Pensar na sustentabilidade¹⁹ deve ser um fator intrínseco que permeie toda política pública e, por consequência, a educação cidadã, para minimizar os gastos – sociais, ambientais e econômicos e buscar a solução dos problemas emergenciais como a melhoria das condições do trabalho do catador e da catadora de material reciclável do Aterro Controlado da Estrutural (Muller, 1999). Com a pesquisa de campo no lixão, foi constatada que grande parte dos catadores desconhecem o Pró-Catador e até mesmo como é o exercício de um empreendimento solidário: “as cooperativas aqui não servem pra nada, cada um cata o seu”, frase de Osair, 30 anos, ao ser questionado sobre o que é o Programa e a importância das cooperativas; isso nos mostra a extrema urgência por recursos capazes de promoverem Educação Ambiental para os catadores do Aterro, que necessariamente terão que atuar em cooperação.

De acordo com o MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, os catadores não deveriam ser desvalorizados, pois o exercício da coleta é o de maior importância no ciclo produtivo, uma vez que retira cerca de 60% dos resíduos sólidos da decomposição direta em ambientes inadequados ao despejo de resíduos e rejeitos (AMATE, 2003).

É preciso estimular uma postura coerente das pessoas desde o âmbito micro – indivíduos consumindo menos, descartando adequadamente, orgânicos e secos – até o âmbito macro – Estado e governos agentes para uma eficaz gestão de resíduos sólidos, assim teríamos um trabalho de coleta adequado para triagem.

A educação ambiental e da sua contribuição nas melhorias das condições sócioambientais deve ser abordada em todos os níveis sociais, faixas etárias e ser considerado processo contínuo. Sua prática necessita do reconhecimento da importância das ações individuais e de grupo

¹⁹ O que é enquanto termo ambientealeconomico

responsabilizando os indivíduos sociais para que haja redução do consumo de supérfluos e evitar desperdícios.

O PNRS sugere que haja uma estrutura com a Coleta Seletiva, Centros de Triagem e Aterros Sanitários, proporcionando qualidade de vida no trabalho, renda fixa e participação cidadã (SOUZA et al, 2012). A importância da coleta seletiva dos materiais sólidos e recicláveis se configura pela diminuição de lixo enviado aos aterros sanitários ou próprios lixões. Quando realizada a separação do lixo sólido/seco do úmido/orgânico, as pessoas estão contribuindo para a atividade de catadores de materiais recicláveis e desta forma o retorno deste material para o uso da população através do processo de reciclagem. Dos 15 entrevistados, apenas um se dizia contra a Coleta Seletiva, Jeferson, 18 anos: “não sou a favor, assim vai diminuir o lixo que chega até a gente e o dinheiro já é pouco.” Os demais reafirmam o que SOUZA et al (2012) constataram, com coleta seletiva a qualidade de vida do catador melhora a partir do momento que não terá que manusear resíduos que possam oferecer perigo ou lidar com rejeitos orgânicos.

LEFF (2001) sugere como proposta viável de gestão ambiental participativa e democrática a construção de projetos que envolvem o apoio do poder público, a conscientização e a colaboração da comunidade para separar os diferentes tipos de resíduos mas infelizmente não é isso que está acontecendo no Distrito Federal, a coleta seletiva no momento se dá apenas uma vez por semana em algumas áreas, o que dificulta a participação efetiva da população.

Os catadores têm conhecimento da insalubridade e o perigo que é atuar no Aterro, mas trabalham nessas condições porque essa atividade é uma alternativa de renda e de sobrevivência que lhes permite autonomia, controle do tempo de trabalho, único jeito de conseguir honestamente os bens de consumo devido a renda que obtêm ser maior que um salário mínimo, dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal devido à baixa escolaridade e a idade avançada. A convivência dos catadores num processo habitual de trabalho atravessado pela precariedade e pela degradação ambiental faz com que eles naturalizem os riscos, uma vez que esses sujeitos chegam ao ponto de desconsiderar o efeito resultante.

A remuneração de cada catador é definida a partir do volume do material coletado e vendido aos intermediários que podem ser carroceiros e empresários. Nesse sentido, a atividade de catação pode ser compreendida como resistência e busca de sobrevivência daqueles que não conseguem se inserir no mercado de trabalho formal, em consequência da ausência de ofertas de vagas, bem como da baixa escolaridade e da qualificação profissional. Eles se encontram integrados à economia, ainda que pela forma mais inferior de um trabalho informal socialmente não reconhecido. Embora a reciclagem seja economicamente rentável, o ciclo de comercialização tem se conservado à margem da legalidade fazendo com que o trabalho dos catadores seja o início de uma economia que se reproduz em condições de marginalidade na ausência absoluta de direitos trabalhistas e na intermediação de comerciantes e empresários que subfaturam seus produtos sem haver qualquer preocupação com as condições dos catadores (MEDEIROS e MACEDO, 2006).

A atividade dos catadores de materiais recicláveis tem contribuído na redução de resíduos em vias públicas e na melhoria das condições socioambientais, embora se encontrem à margem de qualquer perspectiva de inclusão social, sendo vítimas de preconceito por parte da sociedade brasileira.

4.2. Cooperativa como meio de inclusão socioeconômica dos catadores

SOUZA et al (2012) nos trazem inúmeros estudos que apontam as cooperativas como organizações capazes de gerar benefícios e inserir setores excluídos socialmente como os catadores de material reciclável na cadeia produtiva.

Os catadores presentes no Aterro Controlado da Estrutural são completamente subordinados à indústria de reciclagem que “estimula a ação dos intermediários, de modo a garantir a disponibilidade de quantidade e qualidade do material para reciclagem” (SOUZA et al 2012, p. 5) e isso faz com que os catadores sejam explorados, obrigando-os a trabalhar mais para ganhar mais; como dito por Nayane, 29 anos “Tudo o que coletei, eu revendo na mesma hora. É um risco carregar o dinheiro, mas é o jeito se quiser ganhar

alguma coisa. Aqui a gente não pode perder muito tempo, os atravessadores as vezes veem no mesmo período e aí temos que vender logo o material”.



O Programa Pró-Catador orienta os catadores a se associarem às cooperativas para estimular o mercado competitivo e retirar das mãos da Indústria de reciclagem o poder de barganha de preços, mas a organização em cooperativas, por si só, não garante aumento de rendimento para os catadores dada a precária situação da gestão na maior parte das cooperativas mesmo quando afiliadas a uma Central como é o caso da Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal (Centcoop-DF), onde participam 25 cooperativas de catadores de materiais recicláveis com um total de 3,8 mil e 4 mil catadores. A CENTCOOP foi criada em 2006, e tem a missão de: “promover o desenvolvimento sócio-econômico e político das cooperativas de catadores de materiais recicláveis do DF e Entorno por meio da comercialização, da capacitação, estruturação e conscientização ambiental de modo inclusivo, autogestionário e igualitário” (CENTCOOP-DF, 2006).

Existe também a Rede Alternativa das Cooperativas do DF, Entorno e da Ride – Central das Cooperativas, fundada em 27 de outubro de 2012 e fica localizada na QNM 28, S/N Módulo B, Área Especial. O presidente é o Sr. Gilmar Clementino da Silva.

Veremos a continuação como funciona uma cooperativa dentro do Aterro da Estrutural e suas dificuldades para conseguir benefícios para os cooperados.

4.3 Como a cooperativa COR atua no Aterro

A cooperativa COR foi criada em 20 de março de 2009; inicialmente com 12 catadores e atualmente já conta com 157 cooperados, maioria feminina e de

baixa escolaridade. Sua atuação no Aterro Controlado da Estrutural começou a partir da luta de catadores como a da Lúcia Fernandes, atual Presidenta da COR, que está engajada há 14 anos na busca por melhores condições de trabalho no Aterro.

Os anseios por garantir a melhoria nas condições de trabalho, somado aos incentivos do SLU deu o impulso para a organização em cooperativa. O Programa Pró-Catador contribuiu para que os catadores dessem importância ao cooperativismo como um instrumento viável à inclusão futura nos galpões de triagem, contudo, a cooperativa não conseguiu proporcionar condições dignas e saudáveis de trabalho no Aterro porque o compromisso do Programa Pró-Catador é quanto à inclusão dos catadores de material reciclável a partir do fechamento do Aterro Controlado da Estrutural, isto é, a cooperativa depende da decisão do governo em cumprir com o PNRS.

De acordo com Lúcia Fernandes, Presidente da COR, a forma como funciona o aterro não propicia a atuação de cooperativas, pois “o dinheiro recebido do material que um catador coleta em mais de 10 horas de trabalho não tem como ser repartido com um catador que trabalha 3 horas num dia” porque cada catador busca coletar o maior quantidade de material para aumentar a sua renda mas o tempo dedicado ao trabalho dependerá de vários fatores como sexo, idade, alcoolismo, etc. Como os catadores são autônomos, fica difícil estabelecer diretrizes quanto à rotina e o mínimo de material que deve ser coletado, o que dificulta a participação de cada catador no coletivo da cooperativa.

Formalizar uma cooperativa é fácil, basta 20 pessoas, eleger diretoria e levar os documentos na Junta Comercial, mas para fazer funcionar mesmo, precisa contar aquisição dos equipamentos necessários; passa por um processo educativo dos catadores para compreender o funcionamento de uma cooperativa; parceria com as administrações das cidades, ou seja, tem que ter política pública para isso mas depende também do catador querer deixar a informalidade. Alguns não querem regras. Querem dinheiro imediato e não a cada mês. Outros não aceitam o ciclo de oito horas por dia, querem continuar decidindo sobre o seu tempo e há aqueles que não querem dividir a sua renda

por considerar que nem todos trabalham no mesmo ritmo e compromisso. O desafio, portanto, está em transformar os catadores informais em profissionais.

Dessa forma a cooperativa é apenas de organização de “fachada” dos catadores, pois ela não consegue fomentar um trabalho cooperativo dentro do Aterro, conforme a própria presidente da cooperativa nos comentou:

“a cooperativa é mais simbólica, pois você imagina o sofrimento de um catador que trabalha mais de 12h/dia e quando ele for receber o dinheiro, ganhar o mesmo que um catador que trabalhou 2 horas? Aqui dentro do Lixão não temos estrutura física nem capacidade para organizar a rotina de cada cooperado, porque quando estivermos nos galpões o trabalho será diferente e todos trabalharão de forma igual, todo serviço e renda serão divididos entre todos os cooperados” .. a situação de Lixão não favorece essa cooperação, a gente trabalha como pode para ganhar o que dá”.

A cooperativa poderá vir a funcionar com o fechamento do Aterro, uma vez que teria o apoio do Programa Pró-Catador, pois àqueles que atuarem de forma autônoma – mesmo no Aterro – não seriam beneficiados pelo Programa e ficariam excluídos dessa agenda política.

O único benefício encontrado para os catadores de material reciclável em cooperativas é a segurança quanto ao futuro. Os (as) catadores(as) de material reciclável levantaram, majoritariamente, a preocupação com o fechamento do Aterro Controlado da Estrutural; por mais descrentes que estejam quanto aos prazos, o anseio em associar-se à cooperativa COR foi motivado pelas promessas de inclusão aos futuros galpões de triagem do DF, isso vai de encontro com a determinação do SLU que os catadores que não estiverem em cooperativas não serão beneficiados com as ações do Programa Pró-Catador e ficarão excluídos dos benefícios do programa, As condições laborais seriam melhoradas e os catadores estariam protegidos e teriam os seus direitos trabalhistas garantidos com carteira assinada e jornada de trabalho fixa.

Foi constatado que grande parte dos catadores atua com algum familiar no Aterro e que apenas trabalham como catador por não terem oportunidades para conseguir trabalhos formais; e quando conseguem não é uma renda

capaz de superar à gerada pelo trabalho de coleta – desestimulando assim a busca por outros postos de trabalho (formais ou informais).

Muitos desconhecem o Programa Pró-Catador, por isso não acreditam nos benefícios da cooperativa, pois não veem atuação concreta para com os catadores, contudo sabem que em associação poderão se organizar para uma segurança futura, após o Aterro ser desativado e assim não ficarem marginalizados da sociedade.

4.4. O trabalho do SLU para com os catadores do Aterro Controlado da Estrutural

O SLU como órgão diretamente responsável pela construção do Aterro Sanitário de Samambaia e respectivo fechamento do Aterro Controlado da Estrutural e a construção dos galpões de triagem para inclusão socioeconômica dos catadores.

De acordo com Francisco Mendes, o SLU cumpre com as obrigações impostas pela PNRS, isto é, implantou a coleta seletiva em todo o DF de forma “100%” – rural e urbana – destinando o que é passível de reciclagem às 19 instituições de catadores do DF que já estão firmadas. Além disso, está em fase de conclusão o Aterro Sanitário de Samambaia que receberá apenas rejeitos e resíduos orgânicos, além de não contar com a presença dos catadores de material reciclável. O prazo para o fechamento do Aterro segue com nova data que será em janeiro de 2015 os centros de triagem que receberão os catadores cooperados do Aterro Controlado da Estrutural que serão realocados nos galpões na Cidade do Automóvel por ser um ponto próximo ao local de trabalho deles.

Para o SLU essa é uma ação de suma importância, pois os catadores são:

“Uma parceria vital, extremamente importante, porque eles conseguirão mitigar a ocupação do Aterro Sanitário, isso irá prolongar a vida útil do Aterro e, também de uma forma mais global, ele (o catador) consegue mitigar a exploração dos recursos naturais; daí uma cadeia de

consequências: recursos naturais, economia de energia, trabalho etc.”
(Francisco Mendes, SLU)

Além do que, os catadores sequer deveriam atuar no Aterro Controlado, apenas o fazem porque o SLU e demais órgãos competentes não têm como simplesmente retirá-los de lá sem promover uma estrutura mínima que possam trabalhar dignamente; é um problema histórico que data desde a construção de Brasília.

Apesar do SLU afirmar que foram feitas ações para melhorar as condições socioeconômicas e ambientais do Aterro e o estimular a organização em cooperação, o Procurador do Trabalho, Valdir Pereira da Silva conduziu um Inquérito Civil contra o SLU:

“cobrou uma posição sobre o Laudo Pericial realizado em inspeção ao local, que constatou uma série de irregularidades que devem ser corrigidas. Entre os problemas, o não fornecimento e controle de uso de EPI por parte das empresas; ausência de controle do risco de acidentes com veículos automotores; ausência de proteção exigida nas condições de trabalhos a céu aberto, contemplada na Norma Regulamentadora 21; e desrespeito à Norma Regulamentadora 24, em que pese a falta de higiene sanitária, a falta de refeitório e o não fornecimento de água potável” (PROCURADORIA-REGIONAL DO TRABALHO 10ª REGIÃO²⁰, 2014).

Dessa forma, mesmo com o Programa Pró-Catador, o SLU só conseguiu realizar ações pontuais de melhoria nas condições laborais como a instalação de banheiros químicos em poucos lugares do aterro e a destinação de uma área especificamente para as cooperativas na entrada do aterro. O SLU instalou tendas nessas áreas para minimizar o impacto das chuvas e assim “proteger” o material coletado das cooperativas, porém hoje em dia não vemos mais essas estruturas, que foram se desfazendo com o tempo, quebrando e até foram derrubadas pela própria ação dos ventos. De maneira que ainda há

²⁰ Trecho extraído do portal: <http://www.prt10.mpt.gov.br/informe-se/noticias-do-mpt-df-to/183-procuradores-investigam-condicoes-de-trabalho-no-lixao>

muito a ser feito para melhorar as condições laborais dos catadores dentro do Aterro Controlado da Estrutural.

Considerações finais

Sem dúvida que a PNRS e o Programa Pró-Catador são importantíssimos para promover uma mudança na gestão de Resíduos Sólidos no Brasil e garantir aos catadores a manutenção do seu trabalho com dignidade.

A implantação do Programa Pró-Catador ainda é um desafio no DF; a proposta poderia contribuir para estimular a organização dos catadores em cooperativas e garantir-lhes a manutenção e a proteção do trabalho de coleta dos resíduos mesmo no contexto do Aterro Controlado da Estrutural. Contudo foi constatada a inexistência de ações imediatas voltadas para melhorias laborais no Aterro; apenas medidas adotadas para com a desativação do Aterro Controlado da Estrutural, como a construção dos centros de triagem e a construção do Aterro Sanitário de Samambaia, mas as ações da PNRS precisam ser cumpridas efetivamente, o que esperamos que aconteça com o novo governo a partir de 2015.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos preenche uma lacuna legislativa brasileira e atribui responsabilidades não só para o Poder Público (em todas suas esferas) como também para o setor produtivo, sociedade e consumidores individuais e coletivos. A aplicação da lei oportuniza a geração de empregos e renda para milhares de brasileiros que hoje estão vivendo a margem da sociedade, os catadores de materiais recicláveis, que realizam um trabalho que deve ser valorizado por todos nós devido a sua contribuição para minimizar o impacto do consumo exacerbado e o desperdício existente dentro da nossa sociedade. Espera-se com a lei, fortalecer as cooperativas de catadores e torná-los prósperos empreendimentos solidários da cadeia da reciclagem.

Referencial Bibliográfico

ABREU, M. F. Do lixo à cidadania: estratégias para a ação. Brasília: Caixa Econômica Federal, 2001.

Boff, Leonardo. A Ética e a formação de valores na sociedade. Outubro 2003. Ano 4 — nº 11.

BRASIL. Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC). Ministério do Desenvolvimento social e combate à fome. (Acessado em 10/10/2014).

_____. Fórum Brasileiro de Economia Solidária (Acessado em 01/10/2014).

_____. Lixão da Estrutural. Correio Braziliense. (Acessado em 20/09/2014).

_____. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Lei 12.305. Presidência da República: (Acessado em 07/09/2014).

_____. Programa Pró-Catador. Decreto 7.405. Presidência da República. (Acessado em 15/10/2014).

_____. Procuradores investigam condições de trabalho no lixão. Procuradoria-Regional do Trabalho 10ª Região. (Acessado em 12/10/2014).

_____. Ministério do Meio Ambiente. (Acessado em 27/09/2014).

_____. Vila Estrutural: de invasão à cidade. Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos – COBRAPE (Acessado em 28/10/2014).

Capra, Fritjot. 1996. A Teia da Vida. Capítulo 1 - Ecologia Profunda: Um novo paradigma. pp. 24-29.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, 6a ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995a.

HAIR, J. F. Fundamentos de métodos de pesquisa em administração. Bookman, 2005b.

Ibarra, David. O neoliberalismo na America Latina. Rev. Econ. Polit. Vol. 31 n.2 São Paulo. Abril/Junho 2011

Lechat, Noëlle Marie Paule. S/n. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil.

Luchini, Adriana de Mello; Souza, Marcio Domingues de; Pinto, Aluizio Loureiro. Aportes e Limites da perspectiva de redes de políticas públicas: o caso da gestão da água. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 87-94. Abril/junho 2003.

Medeiros, Luiza Ferreira Rezende e Macêdo, Kátia Barbosa. Catador material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? Universidade Católica de Goiás. Psicologia & Sociedade; 18 (2): 62-71; mai./ago. 2006

Migliori, Regina. Cérebro ético, ação humana e sustentabilidade. 2010.

Miskolci, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias* no.21 Porto Alegre Jan./June 2009.

MUELLER, Charles C. 1999 Economia, Entropia e Sustentabilidade: Abordagem e Visões de Futuro da Economia da Sobrevivência. Revista Estudos Econômicos, V. 29, N. 04, P. 513-550. São Paulo.

Oliveira, Ana Maria Soares de. Relação Homem/Natureza no modo de produção capitalista. S/n.

Oliveira, M. Cooperativa Recicla Jacobina/Bahia: Experiência das possibilidades e limites de apoio do Estado na estruturação de uma cooperativa formada por catadores em situação de lixão. Encontro Nacional Conhecimento e Tecnologia: Inclusão Socioeconômica e Catadores de Materiais Recicláveis. 2014.

Rios, Gilvando Sá Leitão. Cooperação e tipos de cooperativismo no Brasil. Universidade Federal de Minas Gerais. S/n.

Rique, Mônica. Os Pioneiros de Rochdale e os Princípios do Cooperativismo. Universidade Federal do Rio de Janeiro. S/n (Acessado em 05/10/2014).

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa Documental: Pistas Teóricas e Metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, São Leopoldo, ano 1, n.1, Julho de 2009.

SINGER, Paul (In: CUT BRASIL. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo: CUT, 1999. p. 23-28).

_____, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário in Estud. av. vol.18 no.51 São Paulo May/Aug. 2004

Sousa, Cleide Maria e Mendes, Ana Magnólia. Viver do lixo ou no lixo? A relação entre saúde e trabalho na ocupação de catadores de material reciclável cooperativos no Distrito Federal. Universidade Federal de Santa Catarina. Vol. 6. Nº 2. Julho/Dezembro. 2006.

Souza, M. T. S; Paula, M. B. e Souza-Pinto, H. O papel das cooperativas de reciclagem nos canais reversos pós-consumo. *Rev. adm. empres.* vol.52 no.2 São Paulo Mar./Apr. 2012

TAULIE, José Ricardo e RODRIGUES, Huberlan. Economia Solidária e Autogestão: a criação e recriação de trabalho e renda. IPEA, Agosto, 2004.

Tygel, Daniel. Economia Solidária e Educação Ambiental. Novembro, 2007.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos, 2a ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Anexos

Roteiro de entrevista aos catadores

1. Como você acha que a coleta seletiva afetaria no seu trabalho?
2. Você separa o lixo no seu domicílio?
3. Você sabe o que é um Aterro Sanitário?
4. O DF pretende desativar o Aterro até início de 2015. O que pensa sobre isso? Isso irá afetar sua vida?
5. Desde quando funciona a cooperativa COR?
6. Como são feitas as eleições para eleger o presidente da cooperativa?
7. Como funciona a cooperativa?
8. Quantos cooperados no total?
9. O que te levou a fazer parte da COR?
10. Existem vantagens de ser cooperado na COR?
11. A cooperativa mudou alguma coisa nas suas condições de trabalho?
12. Você já ouviu falar da PNRS?
13. Você conhece o Programa Pró-Catador?
14. Você acha que o Programa Pró-Catador trouxe melhorias nas condições de trabalho dos catadores da Estrutural?
15. O que você gostaria que mudasse no seu trabalho como catadora?

Roteiro de entrevista ao funcionário do SLU

1. Existe coleta seletiva no DF? Se sim, como está funcionando?
2. Qual é o papel dos catadores na coleta seletiva de resíduos sólidos no DF?
3. Quais as condições de trabalho dos catadores no DF? E dentro do aterro controlado da Estrutural?
4. Quantas cooperativas existem no DF?
5. Qual é a relação do SLU com as cooperativas de catadores no DF?
6. Qual é a relação do SLU com Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal?
7. Como atuam as cooperativas dentro do aterro controlado da Estrutural?

8. O SLU interfere na administração das cooperativas dentro do aterro controlado da Estrutural?
9. O SLU cumpre com o PNRS? Se sim, quais tem sido as ações para a implantação do PNRS no DF?
10. O SLU implantou o Programa Pró-Catador no DF? Se sim, o que tem sido feito até o momento? Qual é a área de atuação do Programa? Quais as dificuldades para sua implantação? Quais os benefícios que os catadores obtiveram com o Programa até o momento?
11. O aterro controlado da Estrutural será fechado? Se sim, quando?
12. Como vão as obras do aterro sanitário em Samambaia? Qual a previsão para abertura deste aterro?
13. O SLU construiu os galpões para a recepção dos resíduos sólidos para que as cooperativas possam trabalhar?
14. Qual será o benefício das cooperativas na implantação da coleta seletiva de resíduos sólidos?